Fundo Brasílio Machado de Investimento Imobiliário
CNPJ 02.027.437/0001-44

(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
(CNPJ: 72.600.026/0001-81)

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORE INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e ao Administrador do
Fundo Brasílio Machado de Investimento Imobiliário
(Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Brasílio Machado de Investimento Imobiliário ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Brasílio Machado de Investimento Imobiliário em 31 de Dezembro de 2016 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Mensuração do valor justo das propriedades para investimento

   O Fundo possui propriedades para investimento em que se espera benefício econômico contínuo durante um período longo de tempo, representadas por imóveis destinados a renda, sendo registradas pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e anualmente mensuradas pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada. As alterações no valor justo de tais propriedades são reconhecidas no resultado, conforme nota explicativa nº 7, às demonstrações financeiras. Consideramos a mensuração do valor justo dessas propriedades como um principal assunto de auditoria pela relevância dos saldos registrados no ativo do Fundo, bem como pela subjetividade das premissas utilizadas para preparo dos laudos de avaliação, que incluem grau elevado de estimativas sobre as operações futuras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Para endereçar o risco de mensuração do valor justo, tratado como significativo em nossa abordagem de auditoria, entre outros procedimentos: (i) obtivemos os laudos e as análises preparadas pela Administração, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria que incluem, mas não se limitam a, à obtenção de evidências sobre a razoabilidade das premissas utilizadas e outros testes substantivos tais como revisão do plano de negócios, orçamento e fluxo de caixa. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e a consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses estudos, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxos de caixa. Analisamos a razoabilidade dos cálculos matemáticos realizados em tais estudos e se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso :

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver atos de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração , determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Tarcisio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Fundo Brasílio Machado de Investimento Imobiliário
CNPJ: 02.027.437/0001-44

Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ: 72.600.026/0001-81

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	% PL	2015	% PL
Circulante		**2.181**	**3,20%**	**1.212**	**1,62%**
Caixa e equivalentes de caixa	4	319	0,47%	640	0,85%
Contas a Receber de Aluguéis	5	1.055	1,55%	572	0,76%
Outros Valores a Receber	6	807	1,18%	-	0,00%
Não Circulante		**66.325**	**97,24%**	**74.332**	**99,18%**
Depósitos Judiciais	24	35	0,05%	32	0,04%
Investimento		**66.290**	**97,19%**	**74.300**	**99,13%**
Propriedades para Investimento		66.290	97,19%	74.300	99,13%
Imóveis Acabados	7	66.290	97,19%	74.300	99,13%
Total do Ativo		**68.506**	**100,44%**	**75.544**	**100,79%**

Passivo	Nota	2016	% PL	2015	% PL
Circulante		**298**	**0,44%**	**595**	**0,79%**
Fornecedores de materiais e serviços	11	19	0,03%	16	0,02%
Obrigações fiscais e previdenciárias a recolher	9	0	0,00%	115	0,15%
Distribuições de resultados e amortização de cotas a pagar	9	279	0,41%	464	0,62%
Total passivo		**298**	**0,44%**	**595**	**0,79%**
Patrimônio Líquido	8	**68.208**	**100,00%**	**74.949**	**100,00%**
Cotas Integralizadas		10.438	15,30%	10.438	13,93%
Lucros acumulados		57.770	84,70%	64.511	86,07%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**68.506**	**100,44%**	**75.544**	**100,79%**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Fundo Brasílio Machado de Investimento Imobiliário
CNPJ: 02.027.437/0001-44

Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ: 72.600.026/0001-81

Demonstrações de Resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Propriedades para Investimento			
Receitas de Aluguéis	5	6.733	5.774
Ajuste a Valor Justo	7.b	(8.010)	(8.090)
Outras despesas com propriedades para investimento	15	(217)	(1.111)
Resultado Líquido de Propriedades para Investimento		**(1.494)**	**(3.427)**
Resultado Líquido de Atividades Imobiliárias		**(1.494)**	**(3.427)**
Outros Ativos Financeiros			
Receita Financeira Líquida	12	66	61
Outras Receitas/Despesas			
Despesa com Taxa de Administração	11	(223)	(171)
Despesas com serviços de terceiros	13	(144)	(123)
Reversões de provisões constituídas	12	518	
Despesas administrativas	14	(4)	(6)
		147	(300)
Lucro Líquido do Exercício		**(1.281)**	**(3.666)**
Quantidade de cotas em circulação		**140.000**	**140.000**
Lucro Líquido por cota - R$		**(9,15)**	**(26,19)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Fundo Brasílio Machado de Investimento Imobiliário
CNPJ: 02.027.437/0001-44

Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ: 72.600.026/0001-81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Cotas Integralizadas	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.438	73.199	83.637
Resultado Líquido do exercício		(3.666)	(3.666)
Distribuição de rendimentos do exercício		(5.022)	(5.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.438	64.511	74.949
Resultado Líquido do exercício		(1.281)	(1.281)
Distribuição de resultado no exercício		(5.460)	(5.460)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.438	57.770	68.208

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Fundo Brasílio Machado de Investimento Imobiliário
CNPJ: 02.027.437/0001-44

Administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ: 72.600.026/0001-81

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Período - Método Direto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimento de Aluguéis		5.942	6.165
Recebimento de Receitas Financeiras Líquidas		64	59
Pagamento de despesas com propriedades para investimento		(156)	(1.111)
Pagamento de Materiais e Serviços de Manutenção		(143)	(123)
Pagamento de Taxa de Administração		(219)	(170)
Pagamento de outras despesas		(6)	(5)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		**5.482**	**4.815**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de outros valores a ressarcir		(43)	-
Distribuição de Rendimentos para os Cotistas		(5.760)	(4.673)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		**(5.803)**	**(4.673)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(321)	142
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período		640	498
Caixa e Equivalentes de Caixa - Final do Período		319	640

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Brasílio Machado de Investimento Imobiliário ("Fundo") foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 28 de janeiro de 1997, com prazo indeterminado de duração, e é regulamentado pela Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, e pelas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 472/08, nº 516/11 e nº 517/11.

O Fundo tem por objeto o desenvolvimento e a comercialização de empreendimentos imobiliários por meio de aquisição de terrenos e incorporações imobiliárias.

O Fundo adquiriu o edifício comercial "Brasílio Machado Neto", situado na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.955, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, com exceção dos conjuntos 11 e 12 do 1º andar, 21 e 22 do 2º andar, lojas 1 e 2 do térreo e garagens de nº 25 a nº 62 do 1º subsolo.

Enquanto não aplicadas em aquisições de imóveis, as disponibilidades financeiras do Fundo poderão ser aplicadas em cotas de fundos de investimentos e títulos de renda fixa, públicos ou privados, de acordo com a Instrução CVM nº 409/04.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Administradora"), nem por nenhum mecanismo de seguro, tampouco pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Os cotistas estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se torne negativo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário regulamentados pelas Instruções CVM nº 472/08, nº 516/11 e nº 517/11.

(a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros de natureza imobiliária e não imobiliária, bem como as propriedades para investimento que estão mensuradas pelo valor justo conforme requerido pela Instrução CVM nº 516/11.

(b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional do Fundo é o real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras do Fundo de acordo com as normas contábeis vigentes aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras do Fundo estão incluídas na nota explicativa nº 7 - Propriedades para investimento.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Fundo na gestão das obrigações de curto prazo.

(b) Ativos financeiros imobiliários de aluguéis

Estão registrados pelo valor correspondente ao período de uso pelo locatário conforme contratos de locação dos respectivos imóveis. A análise de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nos riscos na realização de créditos a receber, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. O controle é realizado com clientes inadimplentes acima de 90 dias.

(c) Propriedades para investimento

i) Imóveis acabados

São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

ii) Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Fundo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

(d) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Fundo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Fundo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(e) Receita de aluguéis

As receitas provenientes de locação dos imóveis destinados à renda são reconhecidas em base linear pelo prazo de vigência do contrato de locação firmado entre as partes, considerando que todos os riscos e benefícios decorrentes dos contratos foram transferidos aos clientes.

(f) Reconhecimento de receitas e despesas em resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, independentemente de recebimento ou pagamento, considerando que todos os riscos e benefícios decorrentes dos contratos foram transferidos.

(g) Lucro por cota

O lucro por cota no exercício é calculado por meio da divisão do lucro, ponderando-se o número de cotas em circulação mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2016	2015
Depósitos bancários á vista *(a)*	8	71
Quotas de fundos de investimentos *(b)*	311	569
Total	**319**	**640**

(a) O montante de R$ 8 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 71 em 2015) está representado por depósitos à vista em instituições financeiras de primeira linha.

(b) As aplicações financeiras de natureza não imobiliária em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão representadas por:

Descrição	2016	2015
Rio Bravo Liquidez DI FI Referenciado *(i)*	17	149
Rio Bravo Crédito Privado FI Renda Fixa *(i)*	7	420
Aplicação Itaú Soberano RF Simples *(ii)*	287	-
Total	**311**	**569**

(i) As aplicações financeiras estão compostas por cotas de fundos de aplicação financeira da Rio Bravo Investimentos Ltda. ("Gestora"), administrados pelo Banco Bradesco S.A. (BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), não possuem vencimento e podem ser resgatadas no curto prazo.

(ii) Referem-se à cotas de fundo de investimento do Itaú Unibanco S.A. (Gestor e Administrador), não possuem vencimento e podem ser regatados no curto prazo. Os ativos que compõe a carteira desse fundo estão substancialmente representados por cotas de fundo de investimento que aplicam em títulos públicos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi reconhecido a título de receita de juros de aplicação financeira o montante de R$ 64 (R$ 59 em 2015)

5. CONTAS A RECEBER DE ALUGUÉIS

Descrição	2016	2015
Aluguéis a receber	423	484
Aluguéis a receber em atraso superior a 30 dias	632	88
Total	**1.055**	**572**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi reconhecido, a título de receita de aluguéis, o montante de R$ 6.733 (R$ 5.774 em 2015).

6. OUTROS VALORES A RECEBER

a) CURTO PRAZO

Descrição	2016	2015
Termo de confissão de dívida por distrato de locação(*)	465	-
Condomínio de bens locados	32	-
IPTU de bens locados	10	
Total	**507**	-

b) LONGO PRAZO

Descrição	2016	2015
Termo de confissão de dívida por distrato de locação(*)	300	-
Total	**300**	-

(*). Refere-se ao saldo da dívida consolidada no valor total de R$ 800, sendo pago no exercício o valor de R$ 35 restando o saldo de R$ 765 com vencimento final em setembro de 2018.

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

(a) Relação dos imóveis – já construídos

Item	Descrição	2016	2015
1	**Endereço:** Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.955 **Cidade:** São Paulo/SP **Metragem:** Área total de 10.563,25 m² **Características:** 26 (vinte e seis) conjuntos comerciais, 182 (cento e oitenta e duas) vagas de estacionamento do Edifício Brasílio Machado Neto	66.290	74.300
	Total	**66.290**	**74.300**

(i) avaliado ao valor justo.

(b) **Movimentação:**

Descrição	Imóveis Acabados	
	2016	2015
Saldo inicial	74.300	82.390
Ajuste a Valor Justo	(8.010)	(8.090)
Saldo final	**66.290**	**74.300**

(c) **Método de determinação do valor justo:**

A Dworking Consultoria empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada, avaliou para marcação a valor de mercado o imóvel de propriedade do Fundo em outubro de 2016.

Os valores justos são baseados em valores de mercado e refletem o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. Na ausência de preços correntes no mercado ativo, as avaliações são preparadas por meio da consideração do valor dos fluxos de caixa agregados estimados dos aluguéis das propriedades para investimento. A taxa de desconto real adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 10% (11,25% em 31 de dezembro de 2015), que reflete determinados riscos inerentes é então aplicada nos fluxos de caixa anuais líquidos para chegar à avaliação da propriedade. As principais premissas utilizadas para elaboração do fluxo de caixa descontado foram: aluguéis de contratos vigentes e hipotéticos, comissão de locação, custos de administração, vacância e inadimplência. As despesas de conservação e manutenção dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários e, portanto, não foram considerados no laudo de avaliação. Foram considerados no fluxo de caixa as despesas de conservação e manutenção dos imóveis durante o período de vacância, assim como os valores a serem gastos com a recolocação dos imóveis.

As despesas constantes do fluxo de caixa se referem a 100% das despesas de manutenção e conservação das unidades não locadas, de responsabilidade do FII. Não houve despesas com manutenção e reparo para unidades locadas, estas são de responsabilidade dos respectivos locatários.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Fundo encerrou o exercício de 2016 representado pelo patrimônio líquido de R$ 68.208 (R$ 74.949 em 2015), sendo composto por:

(a) Cotas integralizadas

O patrimônio líquido do Fundo em 31 de dezembro de 2016 está representado por 140.000 cotas escriturais e nominativas, totalmente subscritas e integralizadas, totalizando R$10.438.

(b) Amortização de cotas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não houve amortização de cotas.

9. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

O Fundo, de acordo com seu regulamento, deverá distribuir a seus cotistas 95% dos lucros auferidos de acordo com o regime de caixa, com base em balanço encerrado semestralmente em 30 de junho e 31 de dezembro.

O regulamento do Fundo prevê a distribuição dos rendimentos aos cotistas, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente àquele no qual os resultados foram realizados financeiramente.

A Administradora do Fundo é a responsável pelos cálculos dos rendimentos a distribuir aos cotistas.

(a) **Base de cálculo**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a distribuição de resultados aos cotistas pode ser assim demonstrada:

	2016	2015
Resultado Financeiro Líquido	5.482	4.815
Rendimento mínimo a ser distribuído - 95%	5.208	4.574

	2016	2015
Lucro distribuído no exercício	5.460	5.022
Saldo de lucros a pagar	579	-
Pagamento de rendimentos	(5.760)	(4.673)
Imposto retido na fonte	(55)	115
Distribuições de resultados e amortização de cotas a pagar	224	464
	100,40%	**95,88%**

O resultado financeiro líquido do Fundo, base para distribuição de rendimentos aos cotistas, de acordo com o estabelecido no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/SNC/Nº 01/2014, foi de R$ 5.482 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 4.815 em 2015). O valor total de distribuição de rendimentos referente ao exercício de 2016 foi de R$ 5.760 (R$ 4.673 em 2015) equivalentes a 100,4% do resultado financeiro (95,88% em 2015), o que cobre adequadamente o valor mínimo a ser distribuído de 95% do resultado calculado segundo o regime de caixa.

10. EMISSÃO E AMORTIZAÇÃO DE COTAS

Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado é de R$10.438, equivalente a 140.000 cotas, totalmente integralizadas.

O Fundo somente poderá realizar novas emissões de cotas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, que definirá os termos e as condições de tais emissões, incluindo, sem limitação, a modalidade e o regime da oferta pública de tais novas cotas.

Exceto se de outra forma aprovado em Assembleia Geral de Cotistas, será outorgado aos cotistas o direito de preferência na subscrição de novas cotas.

No exercício de 2016, não houve a ocorrência de desinvestimentos e amortizações.

11. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Pela prestação dos serviços de administração, será devida pelo Fundo uma remuneração correspondente a 0,301% (trezentos e um centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, provisionada diariamente com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias e paga mensalmente, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente, observada, ainda, a remuneração mínima de R$ 18.804,76 (dezoito mil, oitocentos e quatro reais e setenta e seis centavos) mensais, na data-base de 01 de outubro de 2016, reajustada anualmente pela variação positiva do IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ("Taxa de Administração").

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a taxa de administração totalizou R$ 223 (R$ 171 em 2015) e representou 0,30% (0,21% em 2015) do patrimônio líquido médio. O saldo a pagar para a Administradora em 31 de dezembro de 2016 é de R$19 (R$ 14 em 2015).

12. REVERSÃO DE PROVISÕES CONSTITUÍDAS

No exercício de 2016 foram revertidas provisões para perdas de créditos efetuadas anteriormente tendo em vista que tais créditos foram renegociados e firmados contratos de confissão de dívidas afastando o risco de perdas dos valores:

Descrição	**2016**	**2015**
Reversão provisão para perdas de alugueis	456	-
Reversão para perdas de reembolso despesas de condomínio	62	-
Total	518	-

13. DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

Descrição	2016	2015
Honorários Advocatícios	85	40
Honorários Auditoria	23	21
Honorários Contabilidade	-	10
Honorários Pessoas Jurídicas	-	1
Taxa de Escrituração de Cotas	-	20
Taxa de fiscalização CVM	28	24
Taxa Bovespa	7	7
Taxa Anbima	1	-
Total	**144**	**123**

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2016	2015
Condução e Transporte, Correios e Despesas Bancárias	2	2
Despesas Legais e Judiciais	2	4
Total	**4**	**6**

15. OUTRAS DESPESAS COM PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Descrição	2016	2015
Manutenção de Bens Locados	-	12
Multas Recebidas	(471)	(110)
Comissões s/Locações	35	77
Condomínio	160	353
Despesas com IPTU	124	80
Energia Elétrica	12	12
Outros Serviços de Terceiros	4	13
Provisão para Perda de inadimplência	-	60
Despesas Condomínio Fundo Reserva	346	614
INSS S/Serviços de Terceiros	7	-
Total	**217**	**1.111**

16. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

(a) Fundo

O Fundo, por ser constituído sem personalidade jurídica e sob a forma de condomínio fechado, nos termos dos artigos 1.º e 2.ºda Lei 8668/93, não é contribuinte de impostos tais como PIS, COFINS, CSLL e Imposto de Renda, estando porém obrigado à retenção do imposto de renda na fonte incidente sobre as receitas financeiras obtidas com as aplicações em renda fixa do saldo de caixa do fundo nos termos do artigo 36 de Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1585/15, que poderá ser compensado quando do recolhimento do imposto de renda retido na fonte sobre a distribuição de resultados aos cotistas.

Conforme artigo 38 da Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1585/15, sujeita-se à tributação aplicável às pessoas jurídicas, o fundo de investimento imobiliário que aplicar recursos em empreendimento imobiliário que tenha como incorporador, construtor ou sócio, cotista que possua, isoladamente ou em conjunto com pessoa a ele ligada, mais de 25% (vinte e cinco por cento) das cotas do fundo.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, considera-se pessoa ligada ao cotista:

I - Pessoa física:
a) os seus parentes até o 2º (segundo) grau; e
b) a empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o 2º (segundo) grau; e

II - Pessoa jurídica, a pessoa que seja sua controladora, controlada ou coligada, conforme definido nos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

(b) Cotista

As distribuições de rendimentos aos cotistas estão sujeitas à retenção de 20% a título de Imposto de Renda na Fonte.

(c)Isenção de imposto de renda para pessoas físicas

Estão isentos do imposto sobre a renda na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoa físicas, de acordo com o artigo 40 da Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1585/15, os rendimentos distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário:

Cujas cotas do fundo sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado.

i)O benefício será concedido somente nos casos em que o fundo de investimento imobiliário possua, no mínimo, 50(cinquenta) cotistas;

ii)Não será concedido à cotista pessoa física titular de cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelo fundo de investimento imobiliário ou cujas cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo.

Os ganhos de capital e rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de cotas dos fundos de investimento imobiliário por qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 20% (vinte por cento).

17. ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o regulamento do Fundo foi alterado a fim de adequá-lo à legislação vigente.

18. SERVIÇOS DE TESOURARIA E ESCRITURAÇÃO

O serviço de tesouraria do Fundo é prestado pela própria Administradora, e o serviço de escrituração das cotas do Fundo é prestado pelo Itaú Corretora de Valores S.A.

19. RENTABILIDADE DO FUNDO

O patrimônio líquido médio, o valor da cota, a rentabilidade do Fundo e a rentabilidade dos rendimentos distribuídos são demonstrados a seguir:

Semestres	Patrimônio Líquido Inicial	Patrimônio Líquido Final	Distribuição do Semestre	Rentabilidade Patrimonial (1)	Dividend Yield (2)	Rentabilidade (1+2)
1º Sem/2015	83.637	82.935	1.663	-0,84%	1,99%	1,15%
2º Sem/2015	82.935	74.949	2.610	-9,63%	3,15%	-6,48%
1º Sem/2016	74.949	74.967	2.308	0,02%	3,08%	3,10%
2º Sem/2016	74.967	68.208	2.300	-9,02%	3,07%	-5,95%

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

20. NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

O Fundo tem as suas cotas admitidas à negociação na BM&FBovespa por meio do "ticker" BMII11, e no exercício não tiveram negociações.

21. FATORES DE RISCOS

Risco relacionado à rentabilidade do investimento

O investimento em cotas de um fundo de investimento imobiliário é uma aplicação em valores mobiliários de renda variável. Os valores a serem distribuídos aos cotistas dependerão do resultado do Fundo que, por sua vez, dependerá das receitas provenientes das locações dos imóveis do Fundo.

Risco de liquidez

O Fundo é um condomínio fechado, o que pressupõe que os seus cotistas somente poderão resgatar suas cotas ao seu final, no momento de sua liquidação, considerando que o Fundo tem prazo indeterminado.

Assim sendo, espera-se que os cotistas estejam conscientes de que o investimento no Fundo possui características peculiares e específicas quanto à liquidez das cotas, consistindo, portanto, como um investimento de médio a longo prazo. Pode haver, inclusive, alguma oscilação do valor da cota no curto prazo, que pode acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do Fundo.

Risco tributário

O risco tributário consiste basicamente na possibilidade de perdas decorrentes de eventual alteração da legislação tributária, mediante a criação de novos tributos, interpretação diversa da atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou a revogação de isenções vigentes, sujeitando o Fundo ou seus cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente.

Risco de desapropriação

Há possibilidade de que ocorra a desapropriação, parcial ou total, do(s) imóvel(is) que compõe(m) a carteira de investimentos do Fundo, por decisão unilateral do Poder Público, a fim de atender a finalidades de utilidade e interesse público. Tal desapropriação pode acarretar a perda da propriedade, podendo impactar a rentabilidade do Fundo. Não existe garantia de que tal indenização paga ao Fundo pelo Poder Expropriante seja suficiente para o pagamento da rentabilidade pretendida pelo Fundo.

Risco de sinistro

Em caso de sinistro envolvendo a integridade física dos imóveis do Fundo, os recursos obtidos pelas indenizações a serem pagas pelas seguradoras poderão ser insuficientes para a reparação do dano sofrido, bem como o atraso no seu pagamento pode impactar o desenvolvimento dos negócios e, consequentemente, a rentabilidade do Fundo.

Risco macroeconômico geral

É característica das locações sofrerem variações em seus valores em virtude do comportamento da economia como um todo. Assim, o Fundo está sujeito, direta ou indiretamente, às variações dos mercados de capitais e à conjuntura econômica do Brasil, tais como:

(a) Desaquecimento da economia.

(b) Taxas de juros.

(c) Alteração nas políticas monetária e/ou cambial.

(d) Inflação.

(e) Liquidez dos mercados financeiros.

(f) Riscos tributários.

(g) Outros acontecimentos políticos e econômicos que venham a afetar o mercado imobiliário.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Fundo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender a suas estratégias e necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administradora do Fundo, não sendo realizadas aplicações de caráter especulativo que envolvam instrumentos financeiros derivativos, nem outros ativos de risco.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados por meio de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

Adicionalmente, a Administradora procede a uma avaliação tempestiva da posição consolidada do Fundo, acompanhando os resultados financeiros obtidos e avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Riscos do Fundo:

Risco de mercado

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras e propriedades para investimento.

Risco de taxa de juros

O Fundo possui aplicações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa nº 4, as quais possuem como referência ("benchmark") o Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

Adicionalmente, o Fundo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge"/"swap" contra esse risco. Porém, ele monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Fundo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras. O Fundo restringe sua exposição a riscos de crédito efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

O Fundo acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital por meio de planejamento e monitoramento de seus recursos financeiros disponíveis, garantindo o devido cumprimento de suas obrigações.

23. HIERARQUIA DO VALOR JUSTO

O Fundo aplica o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros, e o artigo 7º da Instrução CVM nº 516/11 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais

Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros e as propriedades para investimento incluem aquelas descritas no artigo 7º da Instrução CVM nº 516/11.

As aplicações financeiras (R$3.755 em 31 de dezembro de 2015, R$ 3.212 em 2104) estão valorizadas ao custo amortizado próximos ao valor justo calculado pelo nível 2.

A tabela a seguir apresenta os ativos do Fundo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016		
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Propriedade de investimento	-	-	66.290
Total do ativo	-	-	**66.290**

	2015		
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Propriedade de investimento	-	-	74.300
Total do ativo	-	-	**74.300**

24. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A política de divulgação de informações relativas ao Fundo inclui, entre outras, a divulgação mensal do valor patrimonial da cota, a rentabilidade do período e do patrimônio do Fundo, o envio de extrato semestral aos cotistas e a disponibilização aos cotistas de informações periódicas, mensais e anuais na sede da Administradora. Adicionalmente, a Administradora mantém serviço de atendimento aos cotistas em suas dependências e efetua a divulgação dessas informações em seu "site".

25. OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, registre-se que a Administradora, no exercício, não contratou nem teve serviço prestado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relacionado a este Fundo que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente, tampouco promover os interesses deste.

26. DEMANDAS JUDICIAIS

Depósitos judiciais

Em 2011, a Administradora do Fundo efetuou depósito judicial e impetrou mandato de segurança, objetivando resguardar o direito de aplicar a alíquota zero da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF, prevista no inciso III, artigo 8º, da Lei nº 9.311/96, nas transações realizadas pelos fundos de investimentos. O montante de R$ 35 (R$ 32 em 2015) refere-se à parte proporcional do depósito judicial vinculado ao processo nº 4711971 de CPMF, alocado ao Fundo.

27. SEGUROS

O Fundo adota a política de contratar cobertura de seguros para as propriedades para investimento sujeitas a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras; consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Fundo realizou operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários da Administradora do Fundo. As características das respectivas operações estão demonstradas a seguir:

Rio Bravo Liquidez DI FI Referenciado	MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO	
	2016	2015
SALDO INICIAL	149	152
APLICAÇÕES	1.108	2.278
RESGATE	(1.240)	(2.281)
SALDO FINAL	**17**	**149**
RENDIMENTO BRUTO - EM REAIS	23.229	27.891
RENTABILIDADE BRUTA	13,35%	12,69%
QUANTIDADE DE COTAS	6.823,8677	69.349,3113

Rio Bravo Crédito Privado FI RF	MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO	
	2016	2015
SALDO INICIAL	420	338
APLICAÇÕES	4.148	2.106
RESGATE	(4.561)	(2.024)
SALDO FINAL	**7**	**420**
RENDIMENTO BRUTO - EM REAIS	38.363	23.229
RENTABILIDADE BRUTA	14,65%	13,16%
QUANTIDADE DE COTAS	3.097,4048	199.130,9881

29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras tiveram sua emissão e publicação autorizadas em 22 de março de 207 no "site" da CVM e da Administradora, bem como posteriormente serão aprovadas em Assembleia Geral de Cotistas, de acordo com a legislação em vigor.